

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.121 - SC (2019/0301645-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DIEGO EDUARDO KOPROWSKI
ADVOGADO : DIEGO EDUARDO KOPROWSKI - SC045182
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : DOUGLAS BRIZOLA DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DOUGLAS BRIZOLA DE OLIVEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no julgamento da Apelação Criminal n. 0002727-08.2019.8.24.0038.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 05 anos e 10 meses de reclusão, em regime fechado, como incurso nas sanções do artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal ao argumento de que o regime inicial fechado não poderia ter sido escolhido exclusivamente com base na gravidade em abstrato do delito e, desta forma, tendo em vista a ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, defende que estaria autorizado o abrandamento do modo prisional, nos termos do art. 33 do CP, dos Enunciados Sumulares 718, 719 da Suprema Corte, 440 e 269 deste Tribunal Superior, e da declaração de inconstitucionalidade do disposto no § 1º, art. 2º, da Lei n.º 8.072/90.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura para que o paciente possa recorrer em liberdade e, no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja fixado o regime inicial semiaberto.

É o relatório.

A princípio, insurgindo-se a impetração contra acórdão do Tribunal de origem em sede de apelação, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus* originário, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a

Superior Tribunal de Justiça

justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

